

# Congresso foi a alma da cidade até 1968 e o fechamento foi um choque à sua vida

Até 1968, não seria exagero dizer-se que o Congresso fazia a alma da cidade. O seu fechamento, no final daquele ano, constituiu-se por isto mesmo, num grande choque para a vida de Brasília: as falências no comércio, o movimento de protesto de títulos, a incidência maior de doenças nervosas, a volta de muitos aos Estados de origem, foram algumas das conseqüências mais drásticas do recesso forçado do Legislativo, que abalaram o espírito da Capital do País. Reaberto o Congresso em outubro de 1969, a cidade ainda viveu algum tempo sob um clima de contenção nas suas atividades, dinamizadas nos dois últimos anos, pela vinda à capital dos órgãos do Executivo e das embaixadas que ainda funcionavam no Rio.

Assim, da fundação até 1968, o Congresso representou um verdadeiro grande ciclo na vida de Brasília. Para alguns até um momento crucial da sua existência. E foi a presença dos parlamentares e funcionários do Legislativo, constituindo-se, nos primeiros tempos da Capital, a base das suas atividades econômicas, sociais e culturais, cometeu as tentativas retornistas daqueles que ainda alimentavam a esperança de ver o Rio de Janeiro novamente como o centro político e administrativo do País.

Fixado esse importante contingente populacional, o processo de atração de outros grupos tornou-se menos penoso, pois em torno dele a iniciativa privada começou a desenvolver-se. Veio, então, ao lado das primeiras parcelas do funcionalismo do Executivo, transferidos do Rio, gente de todos os Estados — pequenos comerciantes, profissionais liberais, operários, retirantes do Nordeste que, juntamente aos pioneiros dos tempos da construção, tornaram possível a consolidação de Brasília.

Numa época em que o Legislativo ainda exercia uma influência direta nos destinos do País, esses aspectos mais objetivos da sua participação na implantação de Brasília só fizeram ampliar seu prestígio junto à população local. Esse prestígio já vinha do Rio, onde havia uma boa convivência entre o Congresso e o povo, que freqüentava as

galerias dos Palácios Tiradentes (Câmara) e Monroe (Senado). Hoje em dia, esse relacionamento é até lembrado por aqueles contrários à representação política do Distrito Federal, como um dos fatores que influíram na transferência da Capital. O argumento — observa o líder da Arena na Câmara, deputado Célio Borja — era o de que a Capital deveria ficar afastada das pressões políticas, para que o Governo desenvolvesse sua ação num clima de maior tranqüilidade.

A transferência, entretanto, não afastou o povo do Congresso. Até 1968 ele ia às galerias da Câmara que, em muitas ocasiões, chegaram a ficar repletas de trabalhadores, funcionários e estudantes que iam assistir à votação e aos debates do seu interesse. Mas a convivência não ficava aí. Os congressistas e funcionários do Poder faziam a vida social da cidade, sendo a sua presença notada de maneira bem mais nítida pela população. A integração povo-Congresso era, pois, bem maior.

Numa das poucas promoções que viraram tradição em Brasília, a diferença pode ser avaliada: a Festa dos Estados, outrora organizada principalmente pelas esposas de parlamentares, seus familiares e servidores do Legislativo, é agora promovida mais pelo Governo do Distrito Federal, escritórios de representação dos Estados, esposas de militares e de funcionários federais e embaixadas.

Se esta mudança deve ser atribuída, fundamentalmente, à crescente heterogeneidade dos grupos sociais que compõem a população brasiliense, acrescida nos últimos anos de expressivas parcelas de altos funcionários do Executivo, diplomatas, militares e empresários atraídos pelas oportunidades oferecidas pela cidade, não se pode deixar de somar-se a tal fator, segundo observam os próprios parlamentares, a nova situação política existente após a reabertura do Congresso em 1969.

Vivendo um processo de ajustamento a essa nova realidade, procurando readquirir seu prestígio e ampliar sua influência nos destinos do País, o

Congresso parece voltar-se, também, agora, para a reaproximação com o povo do Distrito Federal, crescendo, nas suas Câmaras, o movimento para que a Capital do País seja ali representada por deputados e senadores. A esse movimento, juntam-se iniciativas de menor dimensão, mas igualmente significativas, no processo de relacionamento com o povo, como a liberação do plenário para solenidades, a criação do estágio para universitários de Brasília e dos Estados, a dinamização do seu setor de divulgação e relações públicas, havendo um plano de tornar mais aberta a sua biblioteca, uma das maiores do País.

Mais diluído na composição da população, seu funcionalismo é, entretanto, em número bastante para oferecer uma colaboração substancial à sua maior aproximação com a cidade. São cerca de 2.500 servidores efetivos, entre Câmara e Senado, que, somado aos contratados e aos que prestam serviços através de empresas, totalizam mais de 3.500 empregos diretos. Além das implicações desse número de servidores, na maioria de bom poder aquisitivo na vida econômica e social da cidade, um dado digno de registro é o fato de a renovação dos quadros funcionais vir atraindo a juventude de Brasília que, nos colégios e universidades praticamente em nada são informados sobre o significado do Legislativo e do quanto o Congresso já significou para a vida da cidade.

Passando a trabalhar no Congresso, além da consciência da importância do Poder para o regime democrático, eles saberão, entre outras coisas que dizem respeito mais diretamente aos interesses da cidade, que o núcleo pioneiro da capital — o Núcleo Bandeirante, cujo destino era o de ser arrasado pelas mesmas máquinas que construíram Brasília — foi preservado graças à ação do Legislativo, através da chamada Lei Breno da Silveira, ainda que este seja apenas um detalhe de uma história profundamente vinculada à vida da cidade, que os compêndios escolares não contam e que a imaturidade da capital não ajuda a enraizar na sua própria tradição.